



## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2009

Altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dar nova redação ao Art. 16 e disciplinar a participação da União no financiamento da Seguridade Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Art. 16, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A contribuição da União é de 12% (doze por cento) sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 153, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A União é responsável, ainda, pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.” (NR)...

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A Constituição Federal de 1988, em seu título VIII, que trata da Ordem Social, traz entre os artigos 194 e 204 a base da regulamentação da Seguridade Social, onde o artigo



194, em seu *caput*, determina que a Seguridade Social é composta de três pilares: a) previdência social, que é mecanismo público de proteção social e subsistência proporcionados mediante contribuição; b) assistência social, que é a política social de proteção gratuita aos necessitados; e c) saúde pública, que é espécie do gênero seguridade social destinado a promover a redução de risco de doenças e o acesso a serviços básicos de saúde e saneamento. Portanto, a seguridade social é uma obrigação constitucional do Estado Brasileiro, o que não significa que outros órgãos filantrópicos ou com finalidade de lucro, como a iniciativa privada, também não possam atuar nas áreas previdenciárias, como, por exemplo, a instituição de previdência privada, de planos particulares de saúde e assistência social prestada por entidades religiosas.

Diante disso, não há que se questionar que tais garantias constitucionais devem, impreterivelmente, ser financiadas, para que possam atingir seus objetivos. E é sobre este ponto, justamente o financiamento indireto da seguridade social, que chamamos a atenção para o fato de que a Constituição Federal de 1988 não fixou percentual, determinando a parte que cada pessoa política - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - deveria verter para o custeio da seguridade social, deixando referida matéria para ser tratada por meio da legislação infraconstitucional. Inicialmente, previa-se que a Lei de Diretrizes Orçamentárias fixaria as metas e prioridades para a gestão da seguridade social e, depois, a lei orçamentária estabeleceria a parcela do orçamento público a ser destinada ao cumprimento dessas finalidades. Assim, sabe-se que certa parcela do orçamento deverá ser consignada à seguridade, mas não se sabe qual o montante dessa parcela.

Tomando-se como exemplo a área da saúde, a Emenda Constitucional nº 20/2000 trouxe importante modificação ao estabelecer um quantitativo fixo da receita pública para a seguridade social, no qual o financiamento indireto ficou mais bem definido.

É importante ressaltar que encargos previdenciários da União nada mais são que responsabilidades financeiras que esta assumiu com dependentes de seus servidores já falecidos e que, por essa razão, passaram a receber pensões que deveriam ser custeadas pelo Tesouro Nacional. Mas, por absurda disposição legal, referidas pensões



nunca foram custeadas pelo Tesouro Nacional e são sacadas do orçamento da seguridade social. Esta situação deixa mais do que claro que, ao invés de verter recursos regulares para cumprir com suas obrigações constitucionais, a União, comodamente, retira verbas da seguridade social para pagamento de encargos previdenciários que são de sua exclusiva responsabilidade.

Não é demais lembrar que a dívida da União para com o sistema da seguridade social, conforme disposto no artigo 90, da Lei nº 8.212/91, previu que o Conselho Nacional da Seguridade Social deveria ter apurado os valores correspondentes a essa dívida no prazo de 180 dias, prazo este que nunca foi cumprido e, para desespero de todos, referido conselho foi extinto pela Medida Provisória 2.216-37/2001, e hoje, infelizmente, não há quem possa ordenar a apuração dessa antiga e elevada dívida.

O problema da dívida da União tem assumido papel de destaque na discussão política das questões previdenciárias, em franco contraste com a sua relevância econômica. Justamente em razão da falta de dados objetivos é que esta discussão assume um caráter ideológico. Desde a década de 30, a previdência social passou a ser alvo de constante manipulação política essencialmente no que se refere à utilização dos institutos como instrumentos de captação de poupança forçada, para a realização de investimentos em setores da economia considerados estratégicos pelo governo, que visava promover o processo de industrialização do País e maximizar seu apoio político. Entre os investimentos patrocinados pela previdência estão a construção de Brasília, o financiamento da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional, a construção da ponte Rio-Niterói, dentre outros. A atual crise pela qual atravessa o sistema brasileiro não dá margem a dúvidas de que o problema é muito grave, posto que desde 1994 gasta-se mais do que se arrecada com benefícios, e o Tesouro acaba por transferir os recursos necessários para o equilíbrio do sistema.

É imperativo que tomemos uma decisão que vise uma solução para o débito da União que, bem sabemos, contribui de forma efetiva e contínua para o desequilíbrio do sistema, que dentre outros sérios problemas apresenta fraudes no INSS, com o objetivo de eliminar dívidas previdenciárias de empresas; sonegações de empresas privadas e o



Senado Federal  
Gabinete do Senador Mário Couto

consequente crime de apropriação indébita; e desvio de recursos da previdência pelo Governo para cobrir outros programas.

Destarte, em razão de não haver, *prima facie*, no ordenamento jurídico pátrio nenhuma regra que fixe percentual determinando que a União deva verter para a Seguridade Social, em especial à Previdência Social, somando-se a isso a previsão normativa do art. 195 da Constituição Federal, dispondo que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e considerando-se que a Lei nº 8.212/91 é a que normatiza a organização da Seguridade Social e institui o seu Plano de Custeio é que justificamos a fundamentação do presente projeto de lei que visa disciplinar a participação da União no financiamento da Seguridade Social.

Sala das Sessões,

**Senador MÁRIO COUTO**